



FRANÇA

Condenada e livre para tentar a presidência

Tribunal considera Marine Le Pen culpada de desviar fundos públicos europeus e determina uso de tornozeleira eletrônica durante um ano. Líder da extrema-direita anuncia que disputará as eleições em abril de 2027

» RODRIGO CRAVEIRO

Marine Le Pen, 57 anos, líder do partido de extrema-direita Reagrupamento Nacional (RN), saiu da Corte de Apelações de Paris como condenada pelo desvio de fundos públicos europeus e como postulante ao Palácio do Eliseu. “Esta noite sou candidata à eleição presidencial”, anunciou à emissora TF1. O tribunal determinou que a política está obrigada a usar tornozeleira eletrônica por um ano, mas reduziu a pena de inelegibilidade para 15 meses, o que abriu caminho à candidatura.

Os franceses vão às urnas em 18 de abril, no primeiro turno das eleições — se nenhum dos candidatos obtiver a maioria dos votos, a segunda rodada de votação será em 2 de maio. Le Pen declarou que entrou com um recurso, na esperança de não precisar usar a tornozeleira durante a campanha eleitoral.

O anúncio de Le Pen sobre a disputa eleitoral marca uma mudança abrupta de planos. Na semana passada, a ultraconservadora condicionou a candidatura à possibilidade de realizar uma campanha “livremente”, sem ter que solicitar o aval da Justiça para deslocamentos, algo que a tornozeleira eletrônica inviabilizaria. Ontem, Le Pen se reuniu com lideranças do RN, entre elas, Jordan Bardella, o presidente do partido. Com a entrada da filha de Jean Marie Le Pen na corrida eleitoral, Bardella aceitou sair como premiê, caso eleita.

Cristina Pecequillo, professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), crê que as chances de a extrema-direita francesa chegar à presidência são baixas, apesar da crescente insatisfação popular. “O risco do extremismo de Marine Le Pen acaba sendo um fator decisivo para as coalizões entre o centro e a própria esquerda, ainda que algumas correntes mais radicais não apoiem isso”, explicou ao **Correio**.

Segundo Pecequillo, no campo das eleições legislativas e nos pleitos locais, a direita tem crescido exponencialmente. “Isso quer dizer que o cenário político pode apresentar mudanças relevantes”, alertou. A especialista descarta que a condenação impacte



Esta noite sou candidata à eleição presidencial"

Marine Le Pen, líder da extrema-direita na França

negativamente a imagem de Marine Le Pen. “A maioria dos eleitores de extrema-direita não se importa com essas agendas. Considera que as condenações acabam refletindo a perseguição à agenda que defendem. Assim, muitas vezes é um bônus e não um ônus para parte do eleitorado”, disse.

Aposta arriscada

“Le Pen fez uma aposta arriscada. Ela poderia ter se dado por satisfeita com a permissão para concorrer à presidência, ainda que sob as restrições de tornozeleira eletrônica. Mas, decidi contestar a decisão, a execução da pena será suspensa até o fim do mandato.”

De acordo com Camus, cabe à máxima instância do Judiciário decidir se emite uma sentença antecipada, algo que Marine espera que ocorra o quanto antes para ir à campanha sem monitoramento. “O tribunal pode optar por julgar o caso no início de 2027 ou depois da eleição. Caso o tribunal mantenha a condenação, ela poderá ter que fazer campanha usando a tornozeleira. Se a decisão vier após a eleição, a execução da pena será suspensa até o fim do mandato.”

O francês explicou que o RN conta com mais de 30% das intenções de votos no primeiro turno, o que garante vaga no segundo. “A vitória está longe de ser certa. Historicamente, o RN cai para menos de 30% no dia da eleição. A única possibilidade de vitória garantida para Le Pen seria contra Jean-Luc Mélenchon. Isso porque as políticas da esquerda radical e divisivas são rejeitadas por ampla maioria dos franceses”, concluiu Camus.

Dimitar Dilko/AF/



Marine Le Pen, líder do ultraconservador Reagrupamento Nacional, deixa a Corte de Apelação de Paris depois de escutar o veredito

Personagem da notícia

A ave fênix da política francesa

“Tenho a pele um pouco grossa. Se alguém tentar me matar, é melhor que tenha uma lâmina bem afiada. Acho que tenho certa resiliência.” As palavras proferidas por Marine Le Pen, na semana passada, resumem bem a personalidade e a história da ultradireitista. Sua vida de combate começou na infância, como filha do histórico líder da extrema-direita e fundador, em 1972, da Frente Nacional (FN), Jean-Marie Le Pen. Quando tinha oito anos, a residência da família, em Paris, foi alvo de um atentado que jamais foi reivindicado.

“Eu estava na minha cama quando uma bomba explodiu e destruiu

completamente o prédio onde estávamos dormindo. O medo desapareceu a partir desse momento”, admitiu, em dezembro de 2025, à emissora BMFTV. Seus primeiros passos na política estiveram ligados ao pai, a quem apoiou quando, no fim da década de 1980, sua mãe, Pierrette Lalanne, o abandonou de forma abrupta, antes de posar nua para a revista Playboy.

Em 2011, a política assumiu a liderança da FNe começou, de forma metódica, a limpar a imagem racista, homofóbica e antisemita associada ao partido e a seu pai, a quem expulsou em 2015, uma decisão que “nunca” será perdoada, afirmou após a morte dele, em 2025.

Nascida em 5 de agosto de 1968, em Neuilly-sur-Seine, uma cidade de alto padrão localizada a oeste de Paris, ela construiu uma imagem popular, com visitas a mercados, passeios de trator e entrevistas mais íntimas, nas quais também se apresenta como criadora de gatos. Ao mesmo tempo, viu suas ideias contrárias aos imigrantes ganharem espaço em uma França cada vez mais inclinada à direita, mas também em um mundo no qual os movimentos populistas avançavam, como na Itália, no Brasil e nos EUA.

Advogada, construiu sua ascensão política ao somar as preocupações dos franceses com segurança e poder

de compra ao tradicional discurso antitimigrantes de seu partido, rebatizado em 2018 como Reagrupamento Nacional (RN). Le Pen escolheu como reduto a cidade de Hénin-Beaumont, na outrora próspera região mineradora do norte da França, de onde se apresentou como uma “mãe de família” — tem três filhos e é divorciada duas vezes — disposta a defender os franceses mais “vulneráveis”.

Ao mesmo tempo, pregava reservar os benefícios sociais aos franceses e acabar com a reunificação familiar dos imigrantes, além de combater a “ideologia islamista” e proibir o uso do véu em espaços públicos.

COLÔMBIA

Denúncia de golpe de Estado

A transferência de poder na Colômbia, em 7 de agosto, ganha ares de tensão desde que o presidente Gustavo Petro, primeiro esquerdista a governar o país em 200 anos, anunciou a decisão de não reconhecer a vitória de Abelardo de la Esperiella, da extrema-direita. O presidente eleito acusou o atual de tentar “um golpe de Estado”, suspendeu os trâmites da transição de poder e pediu às Forças Armadas que “protejam” a democracia e desobedeçam a qualquer ordem nesse sentido.

Petro e Iván Cepeda (candidato governista) iniciaram seu plano B para permanecer no poder a qualquer custo”, denunciou Esperiella. “Querem fazer isso por meio de um golpe de Estado”, declarou, após suspender a transição. O presidente eleito, que definiu o processo como uma “auditoria exaustiva” da gestão de Petro, afirma ter identificado problemas no combate ao narcotráfico e na concessão de

contratos públicos sem licitação, além de deficiências no sistema de saúde. “Ele sabe que farei com que pague, dentro da lei, por todos os seus crimes, e por isso tem pânico e terror”, apontou o presidente eleito.

“Acabo de dar instruções ao vice-presidente eleito da República para que suspenda, de maneira imediata, o processo de transição com o governo corrupto que termina seu mandato, um governo que, com suas decisões e sua conduta, pretende destruir a Colômbia”, disse o presidente eleito, a exatamente um mês da posse. “Meu dever é proteger os interesses da nação e garantir uma transição séria e transparente, a serviço dos colombianos, e nunca legitimar o desastre e o desconhecimento da ordem constitucional.”

A lei que regula a transferência do poder, de 2005, determina os procedimentos, mas não contempla uma situação como a criada pela recusa

de Petro em colaborar com a equipe do sucessor. O documento estabelece obrigações para ambas as partes. O governo que sai deve apresentar um relatório e entregá-lo aos indicados pelo presidente eleito, que fica obrigado a recebê-lo e estudá-lo, para além das diferenças políticas. “A verificação ou revisão dos diferentes aspectos (do relatório) será feita no prazo de 30 dias úteis seguintes à assinatura do documento”, diz o texto da lei.

"Fraude"

Petro não reconhece a legitimidade do sucessor proclamado pela Justiça eleitoral. Alega que houve “fraude eleitoral” e convocou protestos para o próximo dia 20, quando fará o discurso de despedida. O senador Cepeda, por sua vez, reconheceu o resultado da eleição, mas declarou estar em “desobediência civil” diante

Jaime Saldarriaga/AF/



O presidente eleito, Abelardo de la Esperiella: crise na transição de poder com o esquerdista Gustavo Petro

toda a corrupção (...), mas também das consequências legais que terão seus vínculos com o narcoterrorismo”. As alegações de fraude, acrescentou, são uma “desculpa para incendiar o país”. Seus simpatizantes lembram os protestos que Petro apoiou contra o antecessor, o direitista Iván Duque, com saldo de dezenas de mortos, entre 2019 e 2021.

O presidente em fim de mandato disse que o processo de transmissão de poder continuará sem a delegação do próximo governo. “Eles não suportam que toda a cidadania veja que não estão preparados e que seus insultos públicos são calúnias”, reagiu Petro na rede social X. “Serão colocadas cadeiras vazias à espera de que aqueles que roubaram as eleições cheguem a entender o que é governar.”